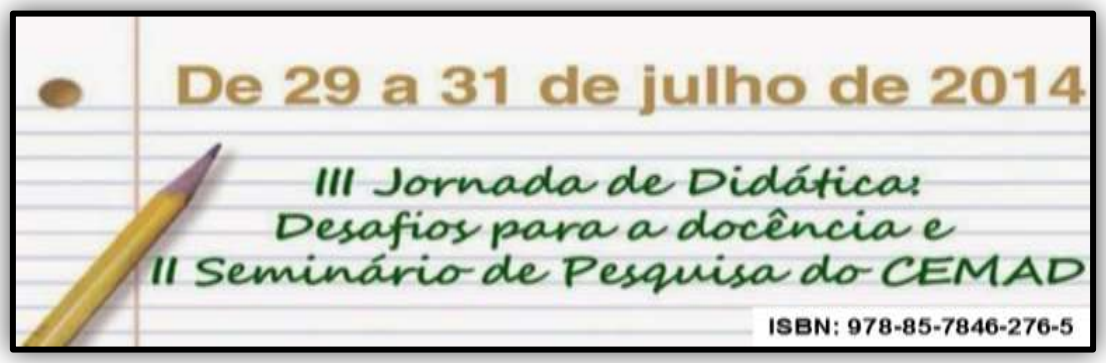

ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SOBRE O SEU PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

GUIMARÃES, Sandra La–Mar

VITALIANO, Célia Regina.

RESUMO

Inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) é um tema ainda recente na história da educação brasileira, no entanto, várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas a respeito. Por ser uma proposta educacional nova tem causado preocupação para educadores, pais e estudantes, vistos as dificuldades encontradas para se efetivar, no que refere a barreiras físicas , metodológicas, psicológicas e sociais que dificultam a inserção dos referidos estudantes, especialmente nas etapas mais adiantadas do ensino. Considerando esse contexto levantamos o seguinte questionamento:Como os estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que apresentam deficiência estão vivenciando seu processo de inclusão. A partir desse questionamento o objetivo do presente estudo consiste em: Identificar as percepções dos estudantes da UEL que apresentam deficiência sobre seu processo de inclusão em relação às condições oferecidas para sua aprendizagem acadêmica, participação e socialização. Desta forma este estudo justifica-se pela sua relevância temática e por, provavelmente oferecer informações que poderão ser úteis às instituições de ensino superior para aprimorar o processo de inclusão dos referidos estudantes.Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso que realizará a coleta dos dados por meio de um roteiro de entrevistas semi-estruturado junto aos estudantes da UEL com deficiência que se dispuserem a participar da pesquisa.

Palavras-chave: Inclusão, acessibilidade, Ensino Superior.

Discente do curso de Especialização em docência Na Educação Superior – Universidade Estadual de Londrina-Pr. -e-mail:Sandra.lamar@hotmail.com; Orientadora: Profa. Doutora em Educação, Docente da Universidade Estadual de Londrina-Pr. - e-mail: reginavitaliano@gmail.com.

Introdução

A escolha do tema análise das percepções dos estudantes com deficiência a respeito do seu processo de inclusão na universidade se deve a minha própria experiência. Desenvolvi perda auditiva na infância que, ao longo da vida adulta foi se acentuando. Embora tenha oralidade, em alguns momentos, não me sentia incluída no processo ensino-aprendizagem. O apoio do Programa de acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, durante o curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Londrina foi fundamental para minha permanência e conclusão do curso, no ano de 2006.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) é um tema ainda recente na história da educação brasileira, no entanto, várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas. Por ser uma proposta educacional nova tem causado preocupação para educadores, pais e alunos, vistos as dificuldades encontradas para se efetivar no que refere a barreiras físicas, metodológicas, psicológicas e sociais que dificultam a inserção dos referidos estudantes, especialmente nas etapas mais adiantadas do ensino.

De acordo com dados do senso realizado no período de 1998 a 2012 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Nacionais (INEP) houve um avanço de 438 por cento no ingresso de estudantes com deficiência ao ensino superior. (Brasil.gov) Os números intensificam o papel social das Instituições de Ensino Superior (IES) em identificar as necessidades educacionais vivenciadas por esses estudantes eatendê-las,proporcionando ambientes inclusivos, a fim de promoverem o acesso, permanência e sucesso acadêmico.

Considerando esse contexto levantamos o seguinte questionamento: Como os estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que apresentam deficiência estão vivenciando seu processo de inclusão?

A partir desse questionamento os objetivos do presente estudo consistem em:

1. Objetivos.

Objetivo Geral:

Identificar as percepções dos estudantes da UEL que apresentam deficiência sobre seu processo de inclusão em relação às condições oferecidas para sua aprendizagem acadêmica, participação e socialização.

Objetivos Específicos:

1- Identificar as condições que a universidade disponibilizou para o acesso (no vestibular) dos alunos com deficiência participantes do estudo.
2- Caracterizar as condições que a universidade oferece para a permanência dos alunos com deficiência.
3- Caracterizar as dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência parapermanência e sucesso acadêmico.
4- Identificar as percepções dos alunos com deficiência em relação ao sua socialização com os demais alunos da sua turma e da universidade.
5- Identificar as percepções dos alunos com deficiência acerca de sua relação com os professores das diversas disciplinas.
6- Identificar as condições que os alunos com deficiência apontam como positivas para sua permanência e sucesso acadêmico na universidade.
7- Levantar sugestões junto aos alunos com deficiência em relação às condições que devem ser aprimoradas para favorecer sua inclusão.

Desta forma este estudo justifica-se pela sua relevância temática e por, provavelmente oferecer informações que poderão ser úties às instituições de ensino superior para aprimorar o processo de inclusão dos alunos que apresentam NEE.Esperamos que este estudo possa contribuir com informação que favoreçam a identificação das condições que facilitam e as que dificultam o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior.

2-Desenvolvimento histórico da Educação Especial

Como aponta Mazzotta (1996) e Cardoso (2003) podemos considerar que, o conceito sobre as pessoas com deficiência foi mudando ao longo dos séculos. A história registra que nas sociedades antiga e medieval a aceitação social da pessoa com deficiência era totalmente inexistente. Até por questões religiosas e históricas foram considerados incapazes de viverem em sociedade até o século (séc.) XVIII.

Até meados da década de sessenta a educação das pessoas com deficiência, no Brasil ocorria por iniciativas regionais e institucionalizadas. Várias campanhas tiveram por objetivo promover medidas educativas e de assistência para os deficientes. Em 1957 realizou-se a "Campanha para a Educação dos Surdos Brasileiros". Em 1958 é criada a "Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de deficientes da Visão". Em 1960 a "Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais". (MAZZOTTA, op.cit.; p.52).

Com as mobilizações sociais ocorridas nas décadas de 50 e 60no Brasil. Os poderes públicos demonstram preocupação com a educação especial reafirmadas na Lei 4.024/61 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao defender que: "A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade". Art. 88. (BRASIL.GOV).

São muito recentes as iniciativas em nível nacional para a inclusão de pessoas com deficiência nas classes regulares de ensino. Foi a partir de 1988 que o Brasil assumiu a preferência pela educação das pessoas com deficiência no ensino regular. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 define como um dos princípios do ensino igualdade de condições, acesso e permanência na escola, com atendimento, preferencialmente na rede regular.

Em 1990 A conferência Mundial sobre Educação para Todos resultou em um documento que, orientou os países a criarem medidas para garantir acesso à educação de pessoas deficiência. A partir dessas orientações os debates sobre educação passam a ser orientados pelo paradigma da Inclusão que orienta as leis e diretrizes para todas as etapas da educação

Embora já houvesse dispositivos legais a partir da Constituição de 1988, (ROCHA e MIRANDA, 2009, P.04) consideram que, somente, a partir de 1996, com a lei n. 9394/96 as instituições de educação superior mais especificamente começam a discutir aquestão. No artigo 59 indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com NEE currículos, métodos, recursos e organização para atender as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência.

Nesse sentido defende (MENDES, 2002. P64) que a ideia central da inclusão seria: "além de intervir diretamente sobre essas pessoas, também era necessário reestruturar a sociedade para que ela possibilitasse a convivência dos diferentes"

No que se refere ao ensino superior brasileiro ao longo da história é marcado pelo elitismo, excludente a diversos seguimentos da sociedade. No entanto nos últimos anos se volta para a questão da expansão de vagas. No contexto, as políticas atuais do governo Federal oferecem garantia de acesso aos estudantes com deficiência, o que não impede que encontrem outros obstáculos no ensino superior. "As pessoas com deficiência têm garantido, hoje, de acordo com a legislação vigente, o acesso à universidade – o que sem dúvida, se constituiu um avanço efetivo – porém, enfrentam diversas barreiras no processo de acesso e permanência". (ROCHA e MIRANDA, op. cit., p. 201, 202).

Para se efetivar a inclusão os estudantes que apresentam deficiências dependem do cumprimento das instituições de ensino as determinações na legislação em requisitos como, espaços, materiais adaptados e interpretes de língua brasileira de sinais (Libras).

Temos leis, portarias e decretos que vêm orientando às instituições de ensino superior (IES) A Portaria 1679 de que em seu artigo I prevê que, sejam incluídos requisitos de acessibilidade para alunos com deficiências: física, visual, auditiva, como requisito para avaliação dos cursos superiores.

A portaria 3284/2003 MEC/GM esclarece que é de responsabilidade das Universidades públicas e privadas a garantia de condições de acesso e permanência dos alunos com NEE.

Dessa forma as instituições de ensino são orientadas por esses dispositivos legais a oferecerem condições para garantir o acesso e permanência dos mesmos.

Considerando esse contexto levantamos o seguinte questionamento: Como os estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que apresentam deficiência estão vivenciando seu processo de inclusão?

A partir desse questionamento o objetivo dodo presente estudo consiste em: Identificar as percepções dos estudantes da UEL que apresentam deficiência sobre seu processo de inclusão em relação às condições oferecidas para sua aprendizagem acadêmica, participação e socialização.

Metodologia

Caracterização da pesquisa: Utilizaremos abordagem de pesquisa qualitativa descritiva. De acordo com (BOGDAN e BIKLEN, 1982, apud LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.13).

O estudo de caso é definido por (YIN 2001, p.19) como “estratégias preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque” {...} quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Para (DUARTE, 2009, P.114) “o estudo de caso pode constituir uma contribuição importante para o desenvolvimento científico, [...] o estudo de caso pode constituir um interessante modo de pesquisa para a prática docente”.

Instrumentos de coleta de dados: será um roteiro de entrevista semiestruturado que se encontra em fase de elaboração.

Procedimentos

(1ª) Inicialmente para ter acesso aos participantessolicitaremos o apoio do Núcleo de Acessibilidade (NAC) da UEL que irá encaminhar para os estudantes que são atendidos por essa instância o convitepara participarem do estudo. Este convite consistirá do termo de consentimento livre esclarecido (TCLE). Para aceitar participar do estudo os estudantes serão orientados a encaminhar um e-mail à pesquisadora. Após esse contato, a pesquisadora irá agendar com os estudantes um horário para esclarecer os objetivos da pesquisa, recolher o TCLE e realizar a entrevista. O local e horário de realização da entrevista, será determinado pelo estudante. Na ocasião do início da entrevista pediremos permissão ao estudante para que seja gravada em aparelho de áudio. Esclareceremos que a gravação será destruída após a finalização do estudo, e os dados analisados serão dispostos de modo anônimo.

No contato estabelecido inicialmente com o NAC, também solicitaremos os dados do número total de alunos atendidos pelo Núcleo, bem como o número específico referente a cada categoria de deficiência.

Após a realização das entrevistas agendadas, passaremos para a fase de análise dos dados.

Os dados coletados serão organizados em categorias, seguindo as orientações de análise de conteúdo de Bardin, (2009)

Esperamos que este estudo possa contribuir com informação que favoreçam a identificação das condições que facilitam e as que dificultam o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Referências

BRASIL, **Lei 4.024**. Estabelece diretriz e bases da educação nacional, Brasília, DF, 20 de dez. de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em 15 de maio. 2014.

_____Constituição Federal (1988). Art. 208, lll. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

_____ **Lei 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DFde 20 dez. de 1996. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 15 de maio de 2014.

_____Ministério da Educação. **Portaria n. 1.679** de 02 de dezembro de 1999. Dispõesobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições Disponível em:,<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2014

_____Ministério da Educação. **Portaria n. 3284** de 07 de novembro de 2003. Dispõesobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 03 dez. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso 21 de maio de 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão–uma longa caminhada. IN; **Educação especial: em direção à educação inclusiva. (**org.**)** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DUARTE, J. Estudos de caso em educação. Investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização. **Revista Lusófona de Educação**, América do Norte, n.23 11, Jul. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/575>. Acesso em: 06 Jun. 2014.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Revista "**Educação Especial**" v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009. Disponível em:<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em 15 de maio de 2014. Acesso 05 de maio de 2014.*

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A: **PESQUISA EM EDUCAÇÂO**: Abordagens Qualitativas. EPU, São Paulo, 1986.

MAZZOTTA, M. J. S. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**: Histórias e políticas públicas. São Paulo Cortez, 1996.

MENDES,Enicéia Gonçalves. Perspectiva para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. **IN: PALHARES, M. E Martins (org.) Escola Inclusiva** São Carlos EDUFS 2002.

UNESCO, **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos:** Jomtiem, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> acesso 10de maio. 2014.

YIN, Robert. K. **ESTUDO DE CASO**: Planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.

.